



## INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **AUTO POSTO ITINGA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 02.108.727/0001-12, sediada à Rodovia A 280, nº 6824, Itinga, Araquari/Santa Catarina, CEP 89245-000, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 1717/2017 e 1810/2018, da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), a **CONTRATANTE** contrata à **CONTRATADA**, a fim de que esta segunda, auxilie lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

1 - Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB - Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de "Contribuição Previdenciária Patronal - contribuições para terceiros", visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

**NÍVEL 1** - auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio doença/acidente.

"RAT - Risco Ambiental de Trabalho" (RAT + FAT) com a "redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999", com vigência a partir de "janeiro de 2008".

"Contribuições destinadas a terceiros"

**NÍVEL 2** - vale transporte, vale combustível, vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

**NÍVEL 3** - gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS, horas extras e reflexos.

2 - Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o





acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

**2.1. A CONTRATANTE** deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários **dos últimos 60 (sessenta) meses**, para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas garantido à CONTRATADA, completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil a disposição da CONTRATADA.

**2.2. A CONTRATANTE**, desde já, deixa ciente à CONTRATADA que **não realizará** a exclusão das verbas acima expostas caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses da CONTRATADA.

**2.3. A CONTRADA** responsabiliza-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando a CONTRATANTE integralmente responsável por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1.** Em contraprestação aos serviços prestados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA:

O valor equivalente a 30% (trinta por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pela CONTRATANTE, por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente:

- a) O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pela CONTRATANTE, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF.
- b) O pagamento dos honorários será calculado, considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre o valor do crédito efetivamente recuperado pela CONTRATANTE. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

**3.2.** Os pagamentos dos honorários, serão efetuados na mesma data do pagamento da GPS - Guia da Previdência Social, sendo enviado o boleto de pagamento após a compensação de cada mês, observando a data limite, como o de vencimento do imposto/tributo devido, ao CONTRATANTE, estando inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, relacionadas com a prestação dos serviços contratados.

**3.3.** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**3.4.** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, à CONTRATADA poderá suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, até a regularização por parte da CONTRATANTE, eximindo-a inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou



considerar rescindido o presente contrato, devendo conduto, cumprir com as formalidades previstas no *item 10.2* do presente instrumento.

3.5. Na hipótese de a **CONTRATANTE** requisitar a apresentação do memorial de cálculo discriminado à **CONTRATADA**, antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então, que será antecipado integralmente os honorários avençados à **CONTRATADA**. A disponibilização do cálculo mensal pormenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

4.1. Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, a **CONTRATANTE** estabelece com a **CONTRATADA**, como prazo de entrega dos serviços, o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

5.1. À **CONTRATADA**, se responsabiliza pela realização do procedimento de compensação administrativa perante a Receita Federal, assim, se isentando de eventuais ônus no tocante a não homologação.

5.2. À **CONTRATADA**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, compromete-se a prestar seus serviços profissionais a **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis, assim como, se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos levantados em relação ao objeto deste instrumento, durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL**

6.1. A **CONTRATANTE** deverá enviar para a **CONTRATADA**, eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), para que a **CONTRATADA** realize a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

6.2. Caso ocorra o descrito no *item 6.1* desta cláusula, caberá a **CONTRATADA**, em se tratando de pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação relacionado aos procedimentos por ela realizados, dar as devidas tratativas perante o órgão requisitante - Receita Federal.

a) as tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor.

6.3. Caso não sejam cumpridos os *itens 6.1 e 6.2 ("a")*, a **CONTRATADA** não se responsabilizará por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas da **CONTRATANTE** com o órgão requerente (Receita Federal).

6.4. A **CONTRATADA** se compromete a realizar todas os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos da **CONTRATANTE**, caso incorra o descrito no *item 6.1* salvo se descumpridos os *itens 6.1 e 6.2*

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

7.1. A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é da **CONTRATANTE**, uma vez que a partir delas que a **CONTRATADA**, desempenhará seus serviços.





7.2. Se os critérios forem aproveitados fora dos padrões e orientações da CONTRATADA, ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, a CONTRATANTE se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

7.3. Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos a CONTRATANTE, está obrigada a realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato EXCLUSIVAMENTE com a CONTRATADA até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

7.4. Restando descumprido o item 6.3 desta cláusula pela CONTRATANTE, a mesma deverá arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados e por ventura não compensados, estará sujeita à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

7.5. A CONTRATANTE se responsabiliza a informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pela CONTRATANTE, bem como declara que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, a CONTRATANTE se compromete a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato.

7.6. Durante o período de compensação dos créditos tributários, a CONTRATANTE se compromete a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente à CONTRATADA, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

7.7. A CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, declara ciência e assume total risco acerca das verbas de nível 3, não podendo responsabilizar à CONTRATADA por eventuais danos que futuramente vier a sofrer.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. Os profissionais da CONTRATADA, designados para execução dos trabalhos ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. O presente contrato somente pode ser alterado por mútuo consentimento das partes e por escrito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência, no pagamento dos honorários, nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via CORREIO



- "AR - MI", bem como, não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**10.2.** Na ocorrência da rescisão contratual, prevista no item anterior, deverá à **CONTRATADA** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pela **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS PENALIDADES

**11.1.** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado, em favor da parte prejudicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS REFLEXOS FUTUROS

**11.2.** Após a finalização do trabalho, à **CONTRATADA** acompanhará anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura da **CONTRATANTE**, sendo devidos os honorários previstos neste **CONTRATO** pelos próximos **60 (sessenta) meses**, contados a partir da aceitação da recuperação dos créditos/benefícios.

**Parágrafo Único:** Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pela **CONTRATADA** durante a vigência do presente contrato, que ocasionem redução da carga tributária. Identificado o benefício e apresentado para à **CONTRATANTE**, após aprovação, serão devidos os honorários no percentual pactuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

**13.1.** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba, 17 de novembro de 2021

**CONTRATANTE**

*Edilse Nagel Dordet*

**AUTO POSTO ITINGA LTDA**

CNPJ sob o nº 02.108.727/0001-12

**CONTRATADA**

*Adriana Lopes Garcia*

**MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA**

CNPJ nº 38.661.672/0001-10

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e  
**EDILSE NAGEL DORDET (G1K82355-WXE3)** \*\*\*\*\*  
 \*\*\*\*\*  
 \*\*\*\*\*  
 \*\*\*\*\*

**TABELIONATO**  
 DE NOTAS PROTESTOS DE ARAQUARI  
 Avenida Paraná, 100 - Jd. Santa Helena  
 Araquari - SC, CEP 89450-000  
 Fone: (41) 3441-2805 - 3441-1817  
 E-mail: tabelionato@araquari.sc.br

**ARCA DE TABELIONATO**  
 O Tabelião de Notas de Araquari - SC, no dia 24 de novembro de 2021, reconheceu a autenticidade da assinatura de  
**Adriana Lopes Garcia - Escrevente Coord. de**




**Emolumentos:** 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 3,62 | 1 Selo de Fiscalização pago R\$ 2,82 | ISS R\$ 0,07 | Total R\$ 6,41 | Recibo Nº 494379.  
 Confira os dados do ato em: <http://seio.tjsc.jus.br/>



À  
TRIBUTO JUSTO

**AUTORIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS CONTÁBEIS – FISCAIS**

**AUTO POSTO ITINGA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 02.108.727/0001-12, autoriza a **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, a realizar as compensações das contribuições previdenciárias rubricadas abaixo, nos termos do parecer apresentado:

| RUBRICA/ASSINATURA  | NÍVEL   | VERBAS             |
|---|---------|--------------------|
|  | NÍVEL 1 | Verbas Pacificadas |
|  | NÍVEL 2 | Verbas Prováveis   |
|  | NÍVEL 3 | Verbas Possíveis   |

Curitiba, 17 de novembro de 2021





# Tributo Justo

À  
TRIBUTO JUSTO

## FORMULÁRIO

PARA MAIOR CELERIDADE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, A TRIBUTO JUSTO SOLICITA AOS PARCEIROS O PREENCHIMENTO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

EMPRESA AUTO POSTO ITINGA LTDA  
CNPJ 02108727/0001-12

### EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

☐ SIM ☒ NÃO

Se sim, em qual período?

☐ GPS/GFIP ☒ E-SOCIAL

☐ EMPRESA DESONERADA (FAZ RECOLHIMENTO DE CPBR)

### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME WALMIR DORDET / EDILSE NAGEL DORDET  
CELULAR (41) 99921 0048  
TELEFONE FIXO (41) 3465 1425  
E-MAIL AUTOPOSTOITINGA@HOTMAIL.COM

### DADOS DO FINANCEIRO

RESPONSÁVEL CRISTIANE N. DORDET LORENZI  
TELEFONE (41) 3465 1425  
E-MAIL AUTOPOSTOITINGA@HOTMAIL.COM

### DADOS DA CONTABILIDADE

EMPRESA MAZZOLLI CONTABILIDADE  
CONTADOR (A) EDUARDO HOLZ  
CELULAR ( ) \_\_\_\_\_  
TELEFONE FIXO (41) 3461 9300 / 3461 9326  
E-MAIL EDUARDO\_HOLZ@MAZZOLLI.COM.BR

- 1) A Empresa já realizou algum procedimento administrativo de Recuperação de Créditos?

Sim

☐☒

Não

Se sim, em qual período e de quais tributos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 2) A Empresa tem alguma ação judicial discutindo o mesmo objeto do presente contrato?

Sim

☐☒

Não

- 3) A Empresa quer realizar a compensação de tributos pendentes de pagamento?

Sim

☐☒

Não

Se sim, quais tributos e competências?

\_\_\_\_\_

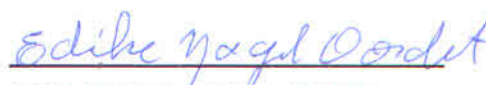
\_\_\_\_\_

- 4) A Empresa tem alguma outra observação para os procedimentos de recuperação de crédito tributário?

Sim

☐☒

Não



ASSINATURA DO CONTRATANTE

**EXCLUSIVO PARA PREENCHIMENTO DO PARCEIRO**

- 5) Qual o percentual de honorários ficou acordado? \_\_\_\_\_

- 6) Nome do representante Tributo Justo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO REPRESENTANTE TRIBUTO JUSTO